



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**KÉZIA SEVERINA SANTOS  
LARISSA DA SILVA FERREIRA**

**CARTOGRAFIAS DO ACESSO À EDUCAÇÃO DE PESSOAS EM  
SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DO RECIFE**

**RECIFE**

**2023**

**KÉZIA SEVERINA SANTOS  
LARISSA DA SILVA FERREIRA**

**CARTOGRAFIAS DO ACESSO À EDUCAÇÃO DE PESSOAS EM  
SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DO RECIFE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Federal de Pernambuco,  
como requisito parcial para obtenção do  
título de licenciado(a) em Pedagogia.

**Aprovado em: 26/09/2023**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Janayna Silva Cavalcante Lima (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Clarissa Martins (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dr. Cassius Cruz (Examinador Externo)

Universidade de Pernambuco

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Santos, Kézia Severina dos.

Cartografias do acesso à educação de pessoas em situação de rua na cidade do Recife / Kézia Severina dos Santos, Larissa da Silva Ferreira. - Recife, 2023.  
27 p.

Orientador(a): Janayna Silva Cavalcante Lima  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Pedagogia - Licenciatura, 2023.

1. Pessoa em situação de rua. 2. Educação de pessoas adultas . 3. Cartografias.  
4. Políticas Públicas. 5. Direito e cidadania. I. Ferreira, Larissa da Silva. II.  
Lima, Janayna Silva Cavalcante. (Orientação). III. Título.

370 CDD (22.ed.)

## **Cartografias do acesso à educação de pessoas em situação de rua na cidade do Recife**

Kézia Severina dos Santos<sup>1</sup>

Larissa da Silva Ferreira<sup>2</sup>

Janayna Cavalcante<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Neste artigo buscamos refletir de que forma tem ocorrido o acesso à educação para a população em situação de rua na cidade do Recife, bem como os desafios para a efetivação desse direito. Por meio da pesquisa cartográfica, identificamos os territórios da cidade que possuem maior concentração de pessoas em situação de rua, visando compreender, a partir dos movimentos dessa população no território dos direitos sociais, como se relacionam com as escolas e com os processos de educação. Assim, para a coleta de dados realizamos análise de documentos, observação e entrevista semiestruturada com o coordenador do movimento nacional da população em situação de rua da cidade do Recife, coordenadora da casa de passagem diagnóstica, equipe do Centro POP, gestor da Gerência de Educação de Jovens e Adultos, e duas gestoras escolares da rede do Recife. Esse estudo revelou a dificuldade para o efetivo acesso às instituições escolares no Recife, e a fragilidade da Política Municipal de Atenção Integral à População em situação de rua no que se refere a nortear as ações de acesso à educação.

**PALAVRAS-CHAVES:** Pessoa em situação de rua. Educação de pessoas adultas. Direito. Cartografia. Políticas Públicas.

### **ABSTRACT**

In this article we seek to analyze how access to education has occurred for the homeless population in the city of Recife, as well as the challenges in realizing this right. Through the cartographic research method, inspired by Deleuzian philosophy, we identified the territories of the city that have the highest concentration of homeless people, aiming to understand, based on the movements of this population, how they relate to schools and the processes of education. In this way, to collect data, we carried out document analysis, observation and semi-structured interviews with the coordinator of the national movement of the homeless population in the city of Recife, coordinator of the diagnostic transit home, Centro pop team, coordinator of the pedagogical administrative center and two school managers from the Recife network. This study revealed the difficulty in effective access to school institutions in

---

<sup>1</sup> Concluinte 2023.1 do Curso de Pedagogia - Centro de Educação - UFPE [kezia.santos@ufpe.br](mailto:kezia.santos@ufpe.br)

<sup>2</sup> Concluinte 2023.1 do Curso de Pedagogia - Centro de Educação - UFPE  
[larissa.silvaferreira@ufpe.br](mailto:larissa.silvaferreira@ufpe.br)

<sup>3</sup> Professora Adjunta do Departamento de Ensino e Currículo - Centro de Educação - UFPE.  
[janayna.cavalcante@ufpe.br](mailto:janayna.cavalcante@ufpe.br)

Recife, and the fragility of the Municipal Policy for Comprehensive Care for the Homeless Population in terms of guiding actions to access education.

**KEYWORDS:** Homeless people. Adult education. Rights. Cartography. Public Policy.

## 1. Introdução

Esta pesquisa pretende refletir sobre como tem ocorrido o acesso à educação para a população em situação de rua na cidade do Recife, bem como os desafios para a efetivação desse direito, considerando o que institui o decreto da Política Municipal de Atenção Integral à População. Esta política representa um marco importante no reconhecimento dos direitos e da dignidade das pessoas, buscando garantir o acesso a serviços essenciais, assistência social e inclusão na sociedade.

Nesse contexto, a utilização do método cartográfico permite uma análise mais abrangente e sensível das relações entre escola formal e pessoas em situação de rua, o mapear as interações complexas e não lineares presentes nesses contextos, buscando contribuir para o aprofundamento do objeto de estudo. Ao mapear as complexidades, identificamos caminhos para entrar nas tensões, lutas e fissuras do presente (Grinberg, 2020). Através das observações, entrevistas, visitas ao campo e análise de documentos, buscamos mapear os desafios, as tensões, os conflitos e as múltiplas (ou a singularidade) das dimensões dessa dinâmica: escola/educação/população em situação de rua.

Essas questões advêm de nossas experiências acadêmicas, em particular da relação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Durante um estágio obrigatório na modalidade, fomos “despertadas” para uma educação para a população em situação de rua ao ouvir um relato pessoal de uma estudante que já esteve em tal condição. A partir dessa escuta, nos deparamos com mais dúvidas e incertezas do que respostas. Assim, começamos a refletir como acessam, de que forma acontece e qual educação é oferecida às pessoas nessa situação? De que maneira é garantido este direito e quem é responsável por essa garantia? Neste trabalho, não pretendemos elucidar todas essas questões, mas permitir discussões sobre esta problemática, que consideramos pouco abordada no curso de Pedagogia.

No levantamento bibliográfico realizado inicialmente, observamos poucas pesquisas nas bases de dados das plataformas Google Acadêmico e Scielo em torno das categorias: educação, direito, pessoas em situação de rua e políticas públicas. Isto é, não há um número

expressivo de artigos publicados em periódicos que abordam a educação para as pessoas em situação de rua. Zanella e Sicari (2018) identificaram, entre 2006 e 2016, uma concentração de pesquisas nas pós-graduações de psicologia, saúde pública/saúde coletiva e serviço social. Há estudos em outras áreas, incluindo educação, no entanto, as áreas citadas acima estão em maior número.

Observa-se, portanto, que há uma carência de pesquisas na área de educação sobre o direito desses sujeitos. Nesse momento, nos perguntamos, de que forma o campo educativo se relaciona com esta problemática e por que não se configura um assunto mais comum, visto que é um direito fundamental que deveria ser garantido? Compreendemos a educação como um espaço indispensável para reflexão sobre o lugar que ocupamos na sociedade e sobre as desigualdades que nos afetam. Contudo, pouco se tem discutido sobre a inserção da população em situação de rua no espaço escolar formal. Portanto, salientamos a importância que a educação tem no que se refere à redução de desigualdades sociais (não sendo única nem exclusiva “solução”), configurando-se como um dos primeiros meios possíveis para mudança e melhoria da condição de vida dos indivíduos.

A questão da desigualdade é um legado colonial entendido, de forma geral, como um fenômeno social, que diferencia os indivíduos, colocando uma parte em situação mais vantajosa que outros; podendo ser materializada em diferentes dimensões do espaço social, como a econômica, de gênero, raça, etc. Para isso, há uma distinção entre grupos sociais, sendo uns favorecidos e outros prejudicados.

No decreto nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, considera-se população em situação de rua o conjunto de pessoas de diferentes identidades que estão abaixo da linha da pobreza, e que por diversos fatores encontram-se sem “moradia convencional regular, e que utilizam os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.”

O Brasil enfrenta um dos maiores desafios globais relacionados à desigualdade, representando uma questão crítica a ser superada. Para isso, é necessário compreender aquilo que não está na superfície e adentrar as camadas mais profundas do problema. Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) em sua análise mais recente de 2022, estima-se que o Brasil tenha uma população de 281.472 pessoas em situação de rua. O

relatório do IPEA revela um alarmante crescimento de 38% nesse contingente entre 2019 e 2022, principalmente em decorrência dos impactos da pandemia de Covid-19. Em 10 anos esse segmento vulnerável aumentou 211%. É o que conclui o estudo realizado pelo instituto.

Os direitos sociais estão expressos na Constituição de 1988, sendo da competência do Estado garantir a todo cidadão educação, saúde, alimentação, trabalho e moradia em condições dignas de sobrevivência. A realidade é que para uma pequena parcela da população esses direitos são assegurados, enquanto para a grande maioria em condição de baixa renda, além de se encontrar em vulnerabilidade socioeconômica, estão na luta para não ter todos os seus direitos sonegados.

O território central do Recife, formado pela Região Político Administrativa I (RPA1) e pela Região Político Administrativa VI (RPA 6), abriga uma grande população em situação de rua. A RPA 1 engloba os bairros de Santo Amaro, Boa Vista, Cabanga, Ilha do Leite, Paissandu, Santo Antônio, São José, Coelhos, Soledade e Ilha Joana Bezerra. A RPA 6 inclui os bairros de Boa Viagem, Brasília Teimosa, Imbiribeira, Ipsep, Pina, Ibura, Jordão e Cohab. Esses territórios são marcados pela presença de centros comerciais e espaços públicos, e é comum encontrar famílias inteiras vivendo nas ruas.

A Prefeitura da Cidade do Recife, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas Sobre Drogas, divulgou o relatório do Censo da População de Rua, feito em conjunto com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). O Censo Pop Rua se insere como uma iniciativa integrante do Programa Recife Acolhe, com a finalidade de diminuir os riscos sociais enfrentados pela população em situação de rua. O levantamento, realizado entre os anos de 2022 e 2023, apontou que há no Recife cerca de 1.806 pessoas que vivem em situação de rua na cidade.

A estimativa é que 1443 pessoas dormiam no “papelão”, enquanto 363 pessoas estavam acolhidas em algum equipamento institucional no momento da contagem. Esses dados recentes nos mostram a necessidade da garantia de direitos sociais, como a moradia, educação e saúde, que são fundamentais e inerentes a qualquer sujeito. Os dados também revelam o perfil dessa população e a realidade das ruas, que é majoritariamente masculina, representando 76% das pessoas, enquanto as mulheres estão em 19%. Em relação à raça e cor, cerca de 80% da população em situação de rua é composta por pretos e pardos. Ainda, os dados do censo revelam que 22%, ou seja 398, da população em situação de rua no Recife não sabem ler ou escrever de forma convencional. E que os outros 38%, do quantitativo inicial, o

equivalente a 535, não concluíram os anos finais do ensino fundamental. Uma somatória de 933 pessoas sem acesso à educação.

Esses dados evidenciam que os indivíduos em situação de rua sofrem múltiplas formas de violência e marginalização que afetam suas chances no acesso a serviços e direitos. A condição de desigualdade que afeta esses sujeitos ocorre de forma interseccional, ou seja, diferentes categorias sociais de raça, classe social, moradia, gênero, se sobrepõem e se correlacionam.

A lei municipal nº 18.968/2022 dispõe sobre a Política Municipal de Atenção Integral à População em situação de rua, estabelece “a garantia ao acesso de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua à rede municipal de ensino, sensibilizando a rede de educação e promovendo as condições necessárias para adesão e permanência nas instituições de ensino” (BRASIL, 2022). Apesar das determinações no referido documento, ao que parece, o acesso da população em situação de rua à educação ainda encontra dificuldades para efetivar-se devido à falta de ações concretas e diálogo com as redes de ensino.

Portanto, esta pesquisa vem refletindo sobre como a cidade do Recife executa o decreto que institui a Política Municipal de Atenção Integral à População em situação de rua da cidade e o diálogo das instituições de ensino escolar com esta população. Por meio do método de pesquisa cartográfico, inspirado na filosofia deleuziana, pretendemos mapear os pontos de tensão e conflito que existem entre a educação escolar e a população de rua na cidade do Recife. Assim, visando compreender, a partir dos movimentos dessa população, como se relacionam com as escolas e com os processos de educação. Esses sujeitos não nasceram nas ruas, mas se tornaram parte delas por diversos motivos. Sem ter a garantia de direitos básicos, eles sobrevivem nesses espaços como atores que enfrentam constantes conflitos emocionais, morais e políticos.

Nesse sentido, estabelecemos como objetivo geral refletir sobre o acesso à educação das pessoas em situação de rua, considerando o que institui o decreto da Política Municipal de Atenção Integral à População em situação de rua. Para alcançá-lo, traçamos os seguintes objetivos específicos: identificar quais instituições atendem a população em situação de rua da cidade do Recife, delineando os caminhos para o acesso às instituições escolares; compreender como as escolas da rede estão inseridas nessa problemática.

Este trabalho está estruturado em 8 seções. Na seção inicial, apresentamos uma breve discussão sobre a problemática e a justificativa deste trabalho. Os aportes teóricos estão nas próximas 3 seções. Na quinta seção apresentamos os procedimentos metodológicos adotados

na condução deste estudo. Nas seções seguintes, apresentamos as análises empreendidas e os resultados obtidos. E, na última seção, as considerações finais com as contribuições do estudo para o entendimento desta problemática.

## **2. O reflexo da “naturalização” da desigualdade social na População em situação de rua**

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, sendo este um grande problema a ser superado, para isso, é necessário compreender aquilo que não está na superfície e adentrar a camadas mais profundas (Souza, 2018). O sociólogo Jessé Souza em seus estudos, assume o desafio de teorizar sobre as lógicas que permeiam a relação da desigualdade social. Para o autor, todas as mazelas sociais advém desta. A tarefa é explicitar de que forma a desigualdade é legitimada e percebida na sociedade.

A transformação econômica no Brasil a partir de 1930 marcou uma transição do modelo agrário-exportador para um sistema capitalista. Agora a classe trabalhadora acessa uma pequena parcela da riqueza produzida por meio de remuneração média, que a princípio garante o acesso a condições mínimas de vida. A divisão da riqueza se dá pelas diferentes classes sociais. Os indivíduos que produzem por meio de sua força de trabalho não terão acesso ao mesmo capital daqueles que detém os meios de produção.

Por meio da narrativa histórica é possível situar os primeiros fatos que marcam a desigualdade social vinculada, inicialmente, a subalternidade a que os negros foram condicionados a viver mesmo após o período da abolição da escravidão no Brasil. Considerando os aspectos sociais da época, o novo contexto desvelou a desigualdade consentida pelo Estado e pelas instituições, de modo que o liberto enfrentou com a ausência de um regimento de transição que lhe garantisse as mínimas condições de moradia, alimentação e o trabalho livre, que não remetesse às antigas práticas, mas que possibilitasse meios de sustento e sobrevivência.

No entanto, é fundamental destacar que muitos libertos foram deixados ao abandono, segregados do processo econômico e da nova estrutura social. Tal conjuntura favoreceu a exclusão que acometeu a população negra da época e que subsiste na atualidade, por meio da divisão socioeconômica e de classes. Uma ideia comumente relacionada à desigualdade é que se trata apenas de uma diferença determinada pela renda ou associada a fatores puramente econômicos, no entanto, há outros aspectos além da relação com o capital. Essa visão

reducionista e simplista enxerga a pobreza como resultado apenas de escolhas individuais e não reconhece a complexidade das questões sociais subjacentes a ela.

Assim, Jessé Souza (2006) aponta ainda aspectos fundamentais e não econômicos, como a ausência de auto-estima, ausência de reconhecimento social, a ausência de aprendizado familiar de papéis sociais básicos. Isso configura-se, nas palavras do autor, como uma reprodução de uma “ralé”, cujas inscrições políticas, morais e sociais a diferenciam da classe média. Os indivíduos que não possuem acesso a esses mecanismos sociais são excluídos da sociedade.

O autor ainda dialoga com um conceito importante de Bourdieu, o *habitus*, que seria a internalização de valores dentro das classes sociais. Um estilo de vida, comportamentos e visões de mundo específicos e difundidos pelos indivíduos que fazem parte daquele grupo.

Essas noções são importantes para pensar a desigualdade por outras perspectivas menos superficiais. A subcidadania é um conceito que descreve os indivíduos que não se encaixam nesse conjunto de disposições. O prefixo *sub-* exprime a demarcação dos grupos sociais.

A discussão meramente “econômica” da desigualdade está condenada à superficialidade e ao fracasso por uma razão muito simples; a dimensão econômica não percebe os dois aspectos, intimamente relacionados mas analiticamente separáveis, mais fundamentais para a compreensão do fenômeno da desigualdade nas sociedades modernas (inclusive nas periféricamente modernizadas como a nossa): sua gênese e sua legitimação. (SOUZA, 2006, p. 87)

O sistema político brasileiro, ao longo dos anos, se mantém cultivando elementos que dão embasamento para desigualdade moral e política como efeitos colaterais do processo de colonização, as quais estão materializadas nos centros urbanos, local onde se concentram as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Dialogando com Jessé Souza sobre o nosso objeto de estudo, podemos compreender que os logradouros públicos são ocupados por um grupo social que pode ser identificado com o que ele define como uma ralé social que não dispõe de meios para obtenção de renda. Segundo reflete o autor, apenas o indivíduo que contribui com sua força de trabalho, ou seja, tem uma ocupação profissional, é reconhecido pelo Estado, podendo ter seus direitos garantidos. Diante disso, pessoas em situação de rua pertencem a um padrão de desclassificação social.

Porque nós nos “acostumamos” em ver essas cenas transitando pela cidade e isso não nos causa estranhamento? Pois há uma legitimação dessa realidade. Assim, sofremos a influência dessa lógica, por isso, muitos não se dedicam a compreender ou notar a origem e o

processo sutil que valida o acesso privilegiado de alguns aos recursos escassos, enquanto condena outros à escassez e a uma existência indigna. A naturalização da desigualdade tem relação com a moralidade, a partir dessa ideia, considera-se justo que muito ganhe um empresário, em contraponto ao que recebe um caixa de supermercado, por exemplo.

Os indivíduos em situação de rua são atravessados pelo processo de naturalização da sua condição de desigualdade, é muito comum em ruas e praças, locais estes destinados à livre circulação de pedestres e veículos, nos depararmos com pessoas sobrevivendo simultaneamente com a insegurança e com os espaços insalubres que a rua oferece. De modo geral, essas pessoas constituem um modo de ser e existir nesses espaços. Por esse motivo, são naturalmente conhecidos como “moradores” de rua, termo pejorativo que nega a concepção de moradia como um direito que todo cidadão deveria ter. Entende-se moradia como um direito e como tal é necessário que o local ofereça segurança, conforto, condições adequadas de higiene e, sobretudo, privacidade.

Da mesma forma, é naturalizado o não acesso desses sujeitos, na sua maioria adultos, às instituições escolares, reforçando o preconceito nas suas diversas expressões acerca desse público sendo a eles atribuídas qualidades negativas de indivíduos agressivos, violentos e infratores. Esse estigma adentra as instituições de ensino, e mesmo aquelas que se propõem a discutir sobre questões humanas, pouco ou quase nunca problematizam a respeito de estratégias de acesso à educação escolar voltadas para a população em situação de rua. Conhecedores da sua invisibilidade e da situação de desiguais da qual fazem parte, esses indivíduos, entregues à falta de condições materiais, não se vêem, por vezes, pertencentes ao espaço da educação escolar.

### **3. O processo de escolarização das camadas populares**

Os reflexos da desigualdade social também estão visíveis no acesso à educação historicamente desde sua concepção. Sabe-se que o espaço escolar não foi pensado originalmente para ser concebido pelas classes populares, ao contrário, o acesso à educação das classes menos favorecidas sempre enfrentou barreiras de exclusão e elitismo. Neste sentido, ao analisarmos a história da educação percebemos a conexão estreita entre interesses políticos e econômicos. Althusser (1985) concebe a gênese da escola como um aparelho ideológico do estado, e a serviço das classes dominantes. Diante desse cenário, o acesso à

escolarização ocorreu devido à pressão exercida pelas classes populares em busca de um acesso digno, ainda que marcado por desafios.

Conforme Frigotto (2007), os projetos educacionais inicialmente oferecidos pelas classes burguesas não tinham o objetivo principal de promover a universalização do acesso à educação básica. Em vez disso, favorecia a manutenção de um sistema de ensino dual, no qual existem diferentes tipos de escolas para grupos sociais distintos. Para as classes populares, o sistema de ensino prioriza uma educação profissional e tecnológica restrita, que se concentra em treinar habilidades práticas e moldar os estudantes para se tornarem “cidadãos produtivos” que se submetem às necessidades do capital e do mercado.

João Francisco de Souza é um dos autores que discute o papel da instituição escolar nos processos de ressocialização de jovens e adultos. Define ressocialização como sendo:

Os saberes construídos nos processos educativos (escolares ou não) podem contribuir de maneira significativa para a ressocialização de adolescentes, jovens, crianças e adultos que participam de organizações sociais ou que iniciem sua escolarização ou retornem. A ressocialização, enquanto processo de reconhecimento e reinvenção permanentes, garante a educação ao longo de toda vida, isto é, a luta pela construção da humanidade do ser humano. (2006, p. 141)

Estamos constantemente nos recriando, produzindo e construindo a nós mesmos (Souza, p.41, 2006). Nesse contexto, João Francisco argumenta que o estágio posterior à socialização na infância seria a ressocialização. Esse processo desempenha um papel fundamental em nossa humanização ou desumanização, pois envolve a transformação de nossos modos de pensar, agir e de nos emocionarmos. A mudança em nosso modo de pensar, é conceituada como “reconhecimento”, enquanto as nossas emoções são denominadas de “reinvenção”. Esses dois processos compreendem o processo mais amplo de ressocialização.

A Educação de Adultos são processos e experiências de ressocialização (reconhecimento e reinvenção) orientados para aumentar e consolidar capacidades individuais e coletivas dos sujeitos populares por meio da recuperação e recriação de valores, e da produção, apropriação e aplicação de conhecimentos que permitam o desenvolvimento de propostas sociais mobilizadoras. Essas propostas podem contribuir para a transformação da realidade social e pessoal pela produção de novos conhecimentos. (Souza, p. 144, 2006)

O objetivo principal da ressocialização é fortalecer e ampliar as capacidades tanto individuais quanto coletivas das pessoas pertencentes às classes populares. Isso é alcançado por meio da recuperação e recriação de valores, bem como da produção, apropriação e

aplicação de conhecimentos. Esses processos têm o propósito de possibilitar o desenvolvimento de iniciativas sociais mobilizadoras. Essas iniciativas, por sua vez, têm o potencial de contribuir significativamente para a transformação da realidade social e pessoal, gerando novos conhecimentos que podem impulsionar mudanças positivas na vida dos indivíduos. Portanto, a educação desempenha um papel fundamental na promoção da emancipação e no empoderamento das classes populares, possibilitando a participação ativa na construção de outras possibilidades.

Toda mulher e todo homem (é uma questão de sobrevivência) têm que o realizar permanentemente. Caso contrário, atrofiam-se e morrem. Morrem espiritualmente e mesmo fisicamente. Escapa-lhe-ão o gosto de viver e de conviver, o sentido da existência, se não o realizam. (Souza, p.145, 2006).

#### **4. Educação da pessoa em situação de rua à luz da legislação brasileira**

Neste tópico, pretendemos trazer as discussões presentes nos principais documentos oficiais em nível nacional e municipal sobre a educação para a população em situação de rua. Os documentos citados aqui são: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Política Nacional para a População em situação de rua, o Plano Nacional de Educação, a Política do Ensino da Rede Municipal do Recife - EJA, as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Lei Orgânica da Assistência Social, a Política de Assistência Social, a organização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a Política Municipal de Atenção Integral à População em situação de rua da cidade do Recife.

A Educação constitui um direito a todo cidadão expresso na Constituição Federal de 1988. O artigo 205 define que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". O direito à educação faz parte do somatório de direitos sociais que devem ser garantidos a todos sem distinção. Nessa mesma direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, é a legislação que estabelece os princípios e as diretrizes da educação nacional. No entanto, apesar de sua concepção abrangente em diversos aspectos educacionais, o documento não faz menção explícita à população em situação de rua.

Em 2009, a câmara dos deputados aprovou o decreto nº 7.053 que institui a Política Nacional para a População em situação de rua. A lei configura-se um importante documento

na busca pela promoção dos direitos e da dignidade desses sujeitos. Através dessa política, o Estado se compromete a desenvolver ações e programas que visam garantir o acesso dessa população a serviços essenciais, como saúde, assistência social, educação, moradia e trabalho.

Além disso, a lei preconiza incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento, para que haja uma discussão sobre esta problemática social na sociedade civil.

A implementação deve seguir os princípios, diretrizes e objetivos expressos no decreto, de forma descentralizada, articulada com a União, ficando a critério dos entes federados a sua adesão, de acordo com a realidade de cada município. A população em situação de rua é caracterizada como sendo um grupo heterogêneo que está em extrema pobreza o qual não possui moradia convencional regular, utilizando os espaços públicos como moradia temporária ou permanente ou que ainda faz uso das unidades de acolhimento.

Dentro dessa realidade, inúmeros fatores levam as pessoas à situação de rua, dos quais podemos destacar dificuldades financeiras e desemprego, perda de moradia, laços familiares rompidos, violência física e psicológica, vícios e transtornos mentais. Somando a essas questões pessoais que atravessam a existência desses indivíduos, mais recentemente a pandemia do COVID-19 ampliou a desigualdade social gerando, desse modo, o aumento de pessoas sem moradia.

Em 2022 entrou em vigor na cidade do Recife a Política Municipal de Atenção Integral à População em situação de rua, a qual visa promover e garantir questões fundamentais de cidadania e direitos humanos. A legislação possui uma seção específica para discutir as políticas educacionais, na qual o Poder Público deve garantir o acesso à rede municipal de ensino, de forma que as instituições possam prover as condições necessárias para a entrada e permanência desses sujeitos. As matrículas e transferências para crianças e adolescentes podem ser feitas em qualquer época do ano, o mesmo ocorre com o público da Educação de Jovens e Adultos. Além da flexibilidade de documentos pessoais e comprovantes de residência, a sua ausência não deve ser um impedimento para a efetivação da matrícula. Outra política que garante a proteção social e a <sup>2</sup>redução de danos à população em situação de

---

<sup>2</sup> A Associação Internacional de Redução de Danos (IHRA) define como um conjunto de políticas e práticas cujo objetivo é reduzir os danos associados ao uso de drogas psicoativas em pessoas que não podem ou não querem parar de usar drogas. Por definição, a redução de danos foca na prevenção aos danos, ao invés da prevenção do uso de drogas; bem como foca em pessoas que seguem usando drogas.

rua, é a lei nº 17.556 de 2021 do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, do Estado de Pernambuco. Dentre os objetivos da política estão: “o amparo às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidades sociais, e o acolhimento e a promoção da cidadania às pessoas em situação de rua” (BRASIL, 2021).

Para a efetivação dessa normativa há um trabalho desenvolvido por psicólogos e assistentes sociais que oferecem um conjunto de serviços de proteção social básica e especial. A abordagem do programa destinado a pessoas em situação de rua é a proteção social especial que tem por finalidade a construção da autonomia desses sujeitos, a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, bem como a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

No Plano Nacional da Educação que determina diretrizes, metas e estratégias para a Política Educacional no período de 2014 a 2024 percebe-se, ao longo do documento e nas metas estabelecidas, que a educação para a população em situação de rua não é citada. No entanto, o artigo 2º instrui sobre diretrizes para a melhoria da qualidade da educação, a universalização do atendimento escolar e a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Neste sentido, a população em situação de rua deveria estar presente nas discussões das metas propostas, porém não é citada no documento. Ao longo da Política do Ensino da Rede Municipal do Recife da EJA, em nenhum momento a população em situação de rua é citada.

Observamos que, no conjunto de textos normativos analisados, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação de Jovens e Adultos de 2021 é o único documento da educação que aborda a educação para a população em situação de rua. A resolução prevê que os sistemas de ensino poderão organizar a EJA Multietapas, bem como avaliação e a certificação dos estudantes da EJA com ênfase na educação ao longo da vida, com currículo diferenciado e itinerários formativos que atendam a singularidade de determinados públicos, como a Educação Especial, populações indígena e quilombola, refugiado e migrantes, pessoas privadas de liberdade, zonas de difícil acesso e população de rua.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar e organizar as propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileira. A população em situação de rua é citada no documento na problematização da instituição escolar que não consegue responder às singularidades e diversidades dos

sujeitos, por isso, a urgência de debates sobre as práticas de inclusão social que garanta o acesso a todos, principalmente aqueles que foram excluídos historicamente, incluindo “aqueles em situação de rua”. Porém, não há um direcionamento de ações que irão permitir essa inclusão.

A lei Orgânica da Assistência Social é uma “Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993). Devido a natureza da política, a população em situação de rua está vinculada a essas ações. Entre os direitos sociais fundamentais, está a educação, no entanto, percebemos dificuldades na construção efetiva desse atendimento.

As políticas analisadas, quando fazem menção à população em situação de rua, não contemplam ações efetivas e estratégias abrangentes visando a garantia de uma educação voltada para a população. A ausência de medidas para lidar com essa questão complexa resulta em um cenário de exclusão e invisibilidade, perpetua o ciclo de marginalização e dificulta a mudança dessa realidade. Os documentos nos chamam atenção, pois são instrumentos que deveriam orientar o direito desses sujeitos ao acesso à educação escolar.

Em nossos diálogos com representantes de movimentos sociais que vêm empenhando-se na luta pelos direitos e inserção social, pudemos observar a ênfase na Assistência Social como uma linha de frente chegando próximo aos problemas enfrentados por essa população.

Aqueles que se engajam na luta e possuem trajetória de rua, partem de suas vivências e percebem que as leis não são executadas de forma que tragam benefícios para as pessoas. Dessa forma, muitos desenvolvem a consciência de serem titulares de direitos, e atuam como educadores sociais, buscando pela mudança social para atender as necessidades da população.

## **5. Caminhos investigativos**

Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada no método cartográfico, inspirado na filosofia deleuziana. A escolha da abordagem qualitativa surge pela necessidade de buscar compreender e explorar as relações complexas e subjetivas presentes no objeto de estudo. Permitindo uma análise aprofundada e interpretativa dos fenômenos investigados.

O caráter exploratório se dá pelo objetivo de investigar o tema de forma abrangente, sem a pretensão de estabelecer conclusões definitivas. Possibilitando uma maior compreensão do objeto de estudo, além de auxiliar na formulação de questões mais específicas para futuras pesquisas. Conforme Gil:

Tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (2002, p. 41)

O método cartográfico utilizado no estudo permite que a complexidade e a diversidade desses espaços sejam consideradas, valorizando as vozes e experiências dos sujeitos envolvidos. A cartografia tradicional é comumente associada ao mapeamento geográfico para o planejamento urbano, navegação e outros. Ela se baseia em técnicas e métodos cartográficos convencionais para representar o espaço físico. Historicamente, foi utilizada como um instrumento de controle e poder. Nesta condição, manteve-se quase intocada diante das disputas sociais em que foi empregada como ferramenta a serviço de forças dominantes. Isto contribuiu para reforçar a percepção de que a cartografia era meramente uma técnica fundamentada na neutralidade de seus princípios (Santos, 2011).

Por outro lado, a cartografia social é uma abordagem mais recente, que busca incorporar aspectos sociais, culturais, políticos e subjetivos ao mapeamento do espaço. Ela reconhece que o espaço geográfico não é apenas um conjunto de elementos físicos, mas também é permeado por relações sociais, políticas e culturais. Assim, a cartografia social busca representar as vozes das comunidades e grupos sociais, incluindo suas experiências, percepções e identidades nesse processo de mapeamento.

Assim, a cartografia social aqui descrita liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência. (Prado; Teti, p. 47, 2013)

A cartografia é mais do que apenas um mero registro estático do espaço geográfico. Desde sua concepção tradicional, ela se destaca por sua natureza dinâmica, acompanhando ativamente às mudanças e transformações que ocorrem nos territórios e mapeia, tornando-as visíveis aos olhos dos observadores (Souza; Oliveira, 2022).

A abordagem cartográfica é uma metodologia de pesquisa e investigação relativamente recente, inspirada na concepção apresentada por Gilles Deleuze e Félix Guattari em sua obra “Mil Platôs” (1995). Nessa perspectiva, a Cartografia é considerada um dos princípios do rizoma, um conceito filosófico criado pelos autores, que se aproxima do termo “rizoma” utilizado na botânica. Essa abordagem oferece um modo de compreender a realidade que contrasta com o modelo tradicional, o qual é organizado e centralizado em seu pensamento.

O contexto em que se insere a população em situação de rua na cidade do Recife, no que concerne a interlocução com as escolas da rede se configura uma realidade complexa e de muitos desencontros. Nos propomos a analisar, de acordo com as visitas realizadas nas instituições que representam a ação do Estado, os pontos de tensão entre os discursos dos entrevistados e o que de fato é realizado para esse público em situação de rua.

## **5.1 O campo de pesquisa e os sujeitos**

Um dos principais desafios desta pesquisa era o mapeamento dos territórios em que a população em situação de rua transita e sobre os quais não tínhamos muito conhecimento, que até então era desconhecido para nós. Nesse processo, contamos com a valiosa contribuição de uma colega que trabalha na assistência social. Suas experiências e saberes como educadora social sobre esses espaços nos proporcionaram um direcionamento importante nos dando acesso a informações e contextos que, de outra forma, poderiam nos passar despercebidos.

O trabalho de campo desta pesquisa foi realizado nas RPAs 1, 2 e 6. Os sujeitos da pesquisa foram líderes do Movimento População de Rua, uma educadora social que realizou uma visita guiada, uma coordenadora da Casa de Passagem Diagnóstica (CPD) e uma equipe multidisciplinar do Centro Especializado de Atendimento da População em Situação de Rua (Centro POP). Em interlocução com o Centro Pop e a Casa de Passagem, realizamos uma visita ao Centro Administrativo Pedagógico da Secretaria de Educação da Prefeitura da Cidade do Recife (CAP), para saber quais as ações a Gerência da Modalidade de Educação de Jovens e Adultos realiza para atender as pessoas em situação de rua. Além desses sujeitos e

instituições, também visitamos duas Escolas Municipais da cidade do Recife, uma localizada na RPA 1 e outra na RPA 2.

Direcionamos nossa atenção para a abordagem cartográfica como um meio de abordar as interconexões da questão em nossa pesquisa, enquanto exploramos as tensões inerentes a essa representação do espaço e das relações que nele ocorrem. Além disso, outras técnicas de pesquisa, como a entrevista semiestruturada, desempenharam um papel complementar à cartografia.

Para a coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturada como principal ferramenta para explorar a complexa relação entre a população em situação de rua e a educação. Durante as entrevistas, adotamos anotações detalhadas em caderno de campo para garantir a precisão e a riqueza das informações compartilhadas pelos participantes. Essa abordagem permitiu uma captação detalhada das narrativas e perspectivas dos entrevistados em relação à questão em discussão. Além disso, analisamos os principais documentos normativos educacionais do país, a fim de entender o cenário legal que molda suas oportunidades educacionais. Desse modo, procuramos obter uma compreensão abrangente das barreiras e desafios que permeiam o acesso da população em situação de rua à educação.

A escolha do enfoque da análise de discurso para esta pesquisa se fundamenta em sua capacidade intrínseca de desvelar camadas mais profundas de significado presentes nas narrativas e discursos encontrados nos documentos analisados e nas falas dos entrevistados. Para isso, utilizamos a *Análise de Discurso* baseada nas contribuições teóricas do autor Michel Foucault. Para Fischer

Pretendo aqui concentrar-me em apenas algumas lições aprendidas com Foucault, e que podem ser entendidas propriamente como “atitudes metodológicas”– a meu ver, absolutamente necessárias ao pesquisador, particularmente do campo das ciências humanas e da educação. Primeira delas, compreender que nossas lutas (e pesquisas) sempre têm a ver com linguagem, já que estamos continuamente envolvidos com lutas discursivas; segunda atitude, atentar para a idéia de que palavras e coisas dizem respeito a fatos e enunciados que, a rigor, são “raros”, isto é, não são óbvios, estão para além das “coisas dadas”; terceira, que fatos e enunciados referem-se basicamente a práticas, discursivas e não discursivas, as quais constituem matéria-prima de nossas investigações, seja em que campo estas se concentrem, e dizem respeito sempre a relações de poder e a modos de constituição dos sujeitos individuais. (2003, p.372)

A análise de discurso considera as nuances e os elementos ideológicos, sociais e culturais presentes nos discursos produzidos sobre a população em situação de rua. Ao adotar essa perspectiva, buscamos investigar não apenas o que é dito, mas também como é dito,

identificando as construções discursivas, representações sociais e relações de poder para uma compreensão mais complexa do fenômeno estudado. Fischer instrui ainda que “uma atitude metodológica foucaultiana é justamente essa: a de prestar atenção à linguagem como constituidora, como produtora, como inseparável das práticas institucionais de qualquer setor da vida humana” (2003, p. 376).

## **6. Delineando os caminhos do acesso à educação para a população em situação de rua**

Para compreender o movimento do acesso à educação da população em situação de rua, visitamos instituições que representam a ação do Estado no atendimento a essa população. Nesse sentido, o início da interação ocorreu com o coordenador geral do Movimento da População de Rua, um grupo engajado no monitoramento e assistência a indivíduos em situação de rua na cidade do Recife - PE. A seleção desse contato se fundamentou na ativa presença desse movimento na região, onde desempenha um papel crucial na articulação política das pessoas que enfrentam vulnerabilidade social, buscando incentivar as autoridades competentes a garantir pelo menos o mínimo de proteção a seus direitos.

Durante nossa conversa, o representante do movimento, que viveu 12 anos em situação de rua e agora se dedica à luta pelos direitos da população, compartilhou questões de invisibilidade e a tendência à naturalização da vida nas ruas pela sociedade.

[...] Todos nós temos trajetória de rua; rua não é casa. Eu vivi 12 anos em situação de rua. Por que eu falo isso? Porque não podemos naturalizar que pessoas vivam na rua. A gente não naturaliza como sempre foi naturalizado. As pessoas têm que entender que são seres humanos que estão nas ruas em condição desumana. Então, a sociedade e o poder público têm que fazer alguma coisa. Tem um grupo que traz comida para os animais que estão na rua. Não que isso não seja maravilhoso, eu acho ótimo, mas as pessoas se preocupam mais com os animais do que com as próprias pessoas que estão nas ruas. E aí vai muita coisa do preconceito da questão racial mesmo, porque isso ainda tá muito na vida da gente ainda e isso também é o reflexo do racismo do preconceito, e da questão mesmo da escravidão. Da época da escravidão foi quando as pessoas foram libertas eles foram pra onde? foram para as ruas, então isso é reflexo daquilo. Não é por que o problema é só a sociedade não, o problema é muito estrutural e não mudou ainda. As pessoas ainda vivem as sequelas do período da escravidão e do período colonial. A sociedade e o poder público precisam mudar essa visão. (Representante do Movimento Social da População em situação de Rua)

A crítica à priorização dos animais em detrimento das pessoas em situação de rua aponta para questões de valores e preconceitos enraizados em nossa sociedade. O entrevistado relaciona esse fenômeno a questão racial, evidenciando como o racismo histórico e a escravidão ainda deixam marcas profundas na forma como as pessoas são tratadas e valorizadas. Ele ressalta que a sociedade e o poder público precisam mudar essa visão estrutural, combatendo a herança de desigualdade e discriminação.

Traçando os caminhos que as pessoas em situação de rua deveriam seguir para ter acesso à educação, iniciamos um levantamento das escolas municipais na RPA 1, uma vez que essa região concentra maior número de pessoas vivendo em situação de rua. Em seguida, realizamos visitas em duas escolas municipais do Recife, na tentativa de verificar a presença de alguma iniciativa por parte das instituições escolares ou da Secretaria de Educação que buscasse facilitar o acesso e a integração da população em situação de rua.

A primeira escola visitada se localiza na Boa Vista, na RPA 1, e atende a estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. No entanto, apesar de não ser a etapa escolar foco da pesquisa, achamos relevante conversar com a gestora que se mostrou muito receptiva e interessada. Logo, quando questionada se a escola atendia ou havia a procura de matrícula por parte da população em situação de rua, a gestora nos informou que recentemente houve o encaminhamento de quatro crianças imigrantes da Venezuela, que se encontravam em situação de rua.

A matrícula não foi efetivada, pois a escola não conseguiu contato com os responsáveis para o envio da documentação das crianças. Além disso, a gestora nos relatou que desconhecia alguma iniciativa por parte da Secretaria de Educação sobre essa temática, e não tinha conhecimento sobre a lei ordinária do município que trata da questão. A gestora nos orientou a procurar o Centro Administrativo Pedagógico (CAP) da Secretaria de Educação da Prefeitura da Cidade do Recife e tentar estabelecer uma conversa com o coordenador da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o objetivo de compreender esse processo. Dessa forma, seguimos sua sugestão e nos dirigimos ao CAP.

Em conversa, verificamos que não há um trabalho voltado diretamente para pessoas em situação de rua ou ações/formações nas escolas, nem dialogando com essa temática. No entanto, conforme explicitou o coordenador, há um projeto idealizado pelo Ministério da Educação, chamado Programa Brasil Alfabetizado.

O Programa Brasil Alfabetizado, estabelecido em 2003, tem como principal objetivo a alfabetização de jovens, adultos e idosos. Esse programa é amplamente conhecido na área de estudos da educação de jovens e adultos, e representa um esforço continuado para fortalecer

políticas educacionais direcionadas aos grupos historicamente excluídos, de forma a possibilitar que eles aproveitem as oportunidades decorrentes da expansão do sistema educacional. No Recife, as aulas de algumas turmas eram realizadas no Pátio da Igreja de Santa Cruz, os professores eram orientados a formar turmas de alfabetização. No entanto, de acordo com o coordenador, esse projeto não teve continuidade.

O coordenador menciona como perspectiva o lançamento de um programa voltado para a população em situação de vulnerabilidade, o Programa Pão e Letra que ainda irá iniciar suas atividades. O programa tem como foco central a implementação de ações educativas voltadas para o cuidado, alfabetização, letramento e promoção da cidadania. Parceria fruto da colaboração com a Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, que fornecerá uma equipe de educadores e contribuirá para a criação da estruturação metodológica. A Secretaria Executiva de Assistência Social, por sua vez, irá facilitar a articulação com a população em situação de rua e fornecerá bolsas de estudo que assegurem a continuidade da formação e qualificação dessas pessoas no seu processo de formação e qualificação. Esse programa representa uma iniciativa importante para garantir o direito à educação desse grupo que frequentemente é excluído do sistema educacional.

Outro equipamento social que visitamos ao longo da pesquisa foi a Casa de Passagem Diagnóstica situada na RPA 2, que atende ao público de homens, mulheres e casais adultos para acolhimento e posterior recambiamento para as casas de acolhida, conforme perfil do usuário (termo utilizado pelos participantes da pesquisa para designar os sujeitos em situação de rua). A casa ofertava alojamento provisório de 30 dias para os usuários, o local é porta de entrada para os acolhimentos, e lá são oferecidos serviços de proteção social especial de alta complexidade da Assistência Social.

O espaço que recebe o nome de Casa de Passagem, na verdade, tornou-se nos últimos anos uma moradia definitiva para alguns usuários que são idosos, pessoas com mobilidade reduzida e mulheres com transtornos mentais. Já homens e mulheres com ou sem filhos são acomodados por um período de tempo para o restabelecimento dos vínculos com a família ou até serem beneficiados com o aluguel social.

A administração da Casa de Passagem é feita por uma Coordenadora com formação em Pedagogia, a equipe ainda é composta por um assistente administrativo, cozinheiros, quatro cuidadores de idosos e auxiliares de serviços gerais. A casa conta com quatro quartos, um para mães com filhos, o segundo quarto só para mulheres e o terceiro quarto é reservado para mulheres que apresentam problemas mentais. Um dos cômodos da casa é destinado para os homens.

Outro ponto deste mapa de relações da população em situação de rua com a escola, é o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP), localizado na Zona Sul, em Boa Viagem. Esse é um espaço que oferece serviços emergenciais à população em situação de rua, como refeições, higiene pessoal, lavanderia, encaminhamento para emissão de documentos, ter informações sobre vagas de emprego e outros. O acesso ao Centro POP é feito por meio de agendamentos prévios, pois sua estrutura física é limitada. Em média, são realizados 35 atendimentos por dia a homens e mulheres adultos em situação de vulnerabilidade. O Centro POP funciona apenas no período diurno, denominado como “centro dia”. O uso desse equipamento contradiz a necessidade desses sujeitos, considerando que à noite os perigos são mais evidentes para essa população.

A cada novo agendamento, a equipe utiliza uma “Ficha de identificação e acompanhamento”, que é preenchida com informações básicas de identificação do *usuário*, a fim de construir um perfil individual, assim como documentar a “passagem” pelo serviço.

Na seção 2 desta ficha, são apresentadas questões relacionadas à trajetória educacional, abordando a etapa de ensino já finalizada ou ainda pendente, ainda se há uma intenção de prosseguir nesse percurso educativo. As profissionais compartilharam que quando há uma manifestação de interesse por parte do indivíduo, é efetuado um encaminhamento para a secretaria de educação, para que se possa viabilizar os procedimentos necessários para garantir o acesso à unidade escolar.

Apesar de existir um campo específico destinado à educação na ficha de registro, as profissionais relatam que a ênfase nesse aspecto ganhou uma atenção especial através de nossa presença. Pois é evidente que muitos direitos são negados a essa população e, por vezes, a educação acaba ficando em segundo plano e outras demandas se tornam mais emergentes. Neste sentido, a fala da educadora social ilustra como a educação é vista como uma questão secundária na abordagem. *“Eu acho que a gente foca mais nas queixas de saúde e na documentação do usuário, e a educação fica mais de lado... Mas o mesmo enfoque que trazemos para a saúde é necessário para a educação”*.

A instalação do Centro POP de Boa Viagem é nova, inaugurada em 2023, em um contexto bastante conturbado. A equipe relata que houve uma reação por parte dos moradores, o que também foi documentado em jornais e sites de notícias. Houve uma mobilização dos moradores contra a instalação do serviço no bairro, fundamentada na preocupação de que a implantação do espaço pudesse atrair a criminalidade para a região. Diante dos protestos dos moradores, a abertura só foi possível meses depois do previsto, após o empenho da equipe em dialogar com os moradores, buscando esclarecer e desconstruir estereótipos em relação à

população em situação de rua. O problema foi amenizado mas não solucionado completamente, pois ainda há atritos dos moradores com o serviço. O bairro de Boa Viagem tem a segunda maior concentração de pessoas em situação de rua, e ainda não tinha nenhum serviço voltado para esses atendimentos básicos até 2022.

Posteriormente, fomos à escola situada na RPA2, no bairro de Campo Grande, que recebe pessoas em situação de rua encaminhadas pela Casa de Passagem. No primeiro contato com a Vice-gestora da escola, foi possível constatar interdições e obstáculos, pois a escola recebe matrícula de estudante mediante apresentação de comprovante de residência. Não é do conhecimento da direção se as pessoas que procuram a escola estão em situação de rua, pois todos precisam apresentar o comprovante de residência para efetivar a matrícula. A maior procura parte de mães que vêm com encaminhamento e com o comprovante de residência da Casa de Passagem para realizar matrícula de seus filhos.

Se o aluno que procura a escola é da rua eu não sei, eu sei que todos aqui precisam trazer o comprovante de residência. Eu sei que alguns vêm com o comprovante de residência da casa de passagem, e a procura maior são de mães que vem matricular os seus filhos (Gestora da escola na RPA2)

Nesse contexto, a fala enuncia efetivamente que a escola estabelece uma relação de desconfiguração/mascaramento da condição de existência dessa camada populacional, para que eles sejam inseridos na escola. Observa-se um obstáculo por parte da burocracia dos sistemas institucionais. Primeiro, nega-se a experiência de rua desses sujeitos e, ao mesmo tempo, explicita-se a violência institucional e o descumprimento da lei.

Mesmo com a existência de leis e decretos em âmbito nacional e municipal que garantem os direitos das pessoas em situação de rua, como a Política Municipal de Atenção Integral à População em situação de rua, essa parcela da população ainda enfrenta a violação e a negação desses direitos. Apesar de haver um decreto municipal que estabelece a inclusão de pessoas em condição de rua nas instituições escolares, as gestoras das escolas visitadas revelam o desconhecimento dessa normativa. Um dos obstáculos para efetivação da matrícula é a exigência de comprovação de residência, que deveria ser flexibilizada de acordo com o artigo nº 25 da lei Municipal na sessão das políticas educacionais para população em situação de rua no Recife:

O Poder Público garantirá o acesso de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua à rede municipal de ensino, sensibilizando a rede de educação e promovendo as condições necessárias para a adesão e permanência nas instituições de ensino. § 1º Serão garantidas, a qualquer tempo, a matrícula e a transferência de crianças e adolescentes em situação de rua, com o objetivo de ampliar as oportunidades de acesso à Educação

Básica. § 2º A ausência de documentos pessoais ou de comprovantes de endereço não pode ser causa impeditiva para a inserção da população em situação de rua na rede municipal de ensino.

A própria lei é falha e ineficiente quando não cita o público adulto para a realização de matrícula e transferência a qualquer tempo. Essa divergência entre a lei e a prática fica evidente na fala da vice-gestora, portanto, refletindo e respondendo ao nosso objetivo específico, as escolas da rede não se vêem envolvidas nessa problemática. Não há uma compreensão por parte dessas instituições de ensino sobre a responsabilidade que é o atendimento a esses sujeitos. A Casa de Passagem e o Centro POP, conforme mencionamos anteriormente, atuam de forma integrada realizando o encaminhamento para outros serviços, porém não é da competência desses equipamentos institucionais promover a educação formal que é ofertada pelas escolas. O representante do Movimento Social da População em situação de Rua denuncia a desresponsabilização e invisibilização dessa realidade: *“A gente queria que as políticas trabalhassem porque tudo hoje em dia é a assistência social, população de rua, assistência social como se o problema fosse da assistência social quando na realidade não é.”*.

### **7. Expectativas da pessoa em situação em relação a educação escolar**

Pudemos identificar alguns aspectos discursivos relevantes sobre as expectativas desses sujeitos em relação à educação escolar. Ao questionarmos se os usuários demonstravam interesse em retomar o ensino escolar ou dar início ao seu processo de escolarização, a coordenadora da Casa de Passagem revela que para alguns a escola é o último lugar para onde eles querem voltar, pois o processo é muito doloroso e traumático. Percebe-se que existem fatores estruturais e históricos que vêm afastando as pessoas em situação de rua das escolas ou dificultam o seu retorno.

No entanto, há também, por parte de outros usuários, o desejo de acessar e frequentar o espaço escolar para desenvolver habilidades de leitura, escrita e com destaque a apropriação da escrita do próprio nome. Manifestando o interesse, a coordenadora faz o encaminhamento do usuário para a instituição mais próxima para a realização da matrícula na modalidade da EJA. Alguns casos de sucesso foram relatados pela coordenadora de usuários que saem lendo e escrevendo cartas, segundo ela, esses sujeitos descobrem um novo mundo de possibilidades que podem ser alcançadas por meio da educação. Temos aqui um exemplo do que Freire diz, *“O aprendizado da leitura e da escrita, como um ato criador, envolve aqui, necessariamente, a compreensão crítica da realidade”* (1978, p.70). Desenvolver habilidades de leitura e escrita e

usar essas ferramentas para além do ato de se comunicar, um instrumento de luta para ativa participação na vida pública, é um ato criador de sujeitos e agentes transformadores da sua própria história, ao invés de meros objetos de opressão.

É importante destacar aqui a legitimação da educação como um instrumento de emancipação, sendo um processo de tomada de consciência, na qual o próprio sujeito se reconhece como alguém em constante evolução, um ser histórico, político e autônomo.

A busca pela humanização, pelo exercício de um trabalho livre, pela superação da alienação e pela afirmação da humanidade como indivíduos conscientes de si mesmos não teria relevância sem o contraponto da desumanização. Esta, embora seja uma realidade histórica, não deve ser vista como um destino inevitável, mas sim como um produto de uma ordem social injusta que gera a violência dos opressores e a consequente desumanização dos oprimidos (FREIRE, 1987).

A coordenadora avalia que as Casas de Acolhimento, bem como, os Centros Pops deveriam re-direcionar esses sujeitos para a educação (alfabetização), visto que os usuários ficam muito ociosos e a adesão a proposta de retomar os estudos poderia ser maior já que alguns dos usuários não se sentem atraídos em acessar ao espaço escolar. Um dos encaminhamentos que a casa de passagem realiza é o acesso à vagas de emprego de varrição que a prefeitura do Município do Recife disponibiliza, a coordenadora relata dentre as dificuldades que os usuários enfrentam o fato de não saber escrever o próprio nome e as dificuldades de preencher ficha cadastral, o que dificulta o acesso à empregabilidade.

Eles vêm logo para a empregabilidade, mas o que acontece da empregabilidade é que vem uma barreira enorme que é a escolaridade. A pessoa tem vontade de trabalhar, mas eles esbarram quando é pra preencher a ficha...O teste admissional que tem uma ficha enorme para preencher, é um grande obstáculo e eles acabam desistindo. Então deveria alfabetizá-los mesmo na escrita do próprio nome (Coordenadora da Casa de Passagem).

Segundo dados do recenseamento Pop Rua do Recife, 80% da população adulta que se encontra em situação de rua no município estão em idade economicamente ativa, isto é, se enquadram como indivíduos que estão em condições de inserção no mercado de trabalho. Neste contexto, uma parte desse contingente não possui escolarização, enquanto o outro agrupamento dessas pessoas possuem qualificação profissional nas diversas áreas, e ainda assim, não tem oportunidade de ter uma ocupação estável que possibilite até mesmo sair da situação de rua em que se encontram. Muitas dessas impossibilidades de conquistar um trabalho formal e regular são decorrentes do preconceito que atinge a população em situação de rua.

Na realidade muita dessas pessoas precisam é de uma capacitação, de um emprego um suporte inicial para que elas mesmas tocar sua vida, outras têm uma dependência muito grande em álcool e drogas, então eles precisam ter um tratamento psicossocial, um acompanhamento... e outras tem deficiência cognitiva, então eles precisam voltar a estudar, precisam para mente voltar a trabalhar novamente.

(...) por que isso já é uma coisa que já vem iniciado lá atrás, ou seja, a educação falhou que é base de tudo. Como vamos construir uma casa se não tem base sólida? Então, a educação falhou, não temos política de habitação, não existe política de habitação para a população de rua pra melhor e tirar essas pessoas da rua o que a gente tem são projetos e programas e benefícios somente e nem todo mundo acessa esse benefício.(Representante do Movimento Social da População em situação de Rua)

Existe, por parte desses sujeitos, a necessidade de se apropriarem de saberes tão básicos para afirmação e reconhecimento da identidade de qualquer pessoa que é a escrita do próprio nome. Como consequência, várias portas acabam por se fechar para esse público que não teve a oportunidade de aprender a escrever e ler nem palavras de pouca complexidade.

As pessoas que se encontram em situação de rua requerem um atendimento integral em diversas áreas como assistência médica, direcionamento profissional, encaminhamento escolar, orientação jurídica e o suporte psicológico, à vista disso, os educadores sociais com quem nós dialogamos afirmaram que fortalecer a autoestima desses sujeitos que, durante a sua trajetória na rua, perdem a consciência de valoração e a confiança em si mesmo, é imprescindível. O exercício para a reconstrução da identidade pessoal muda de acordo com cada indivíduo e a partir da relação social que foi construída ou até mesmo imposta pela narrativa de diversas vozes que os marcam negativamente.

É através da instituição jurídica, policial, escolar, acadêmica e dos agentes que as operam que se constroem discursos especializados e que delimita um território de subjetivação das pessoas em situação de rua, pois são “considerados como um grupo que oferece ameaça, e não como um segmento que se encontra em risco”, (NONATO; RAIOL, 2018). Essas instâncias sociais produziram historicamente um discurso sobre esse sujeito que está inserido em relações de poder, pelas quais são vistos como perigosos, temidos, viciados, etc. Nesse sentido, Fischer (2003) completa essa análise ao apontar que:

Um modo de falar, de enunciar, de nomear o outro é também um modo de constituir o outro, de produzir verdades sobre esse outro, de cercar esse outro a partir de alguns limites que, mesmo considerando todas as nossas mais nobres intenções psico-didático-pedagógicas, acabam por fazer-nos esquecer que ocorre, aí também, controle do discurso. (2003, p. 376)

Uma questão que nos inquietou foi a afirmação da coordenadora, que se mostrou uma grande incentivadora para que esse grupo retorne ou inicie o processo de escolarização, ela nos disse que: *“Os usuários não se sentem atraídos pela escola”*. Essa fala revela como a teoria e a prática percorrem caminhos diferentes, sendo uma das diversas razões pelas quais a educação escolar se configura como um lugar inacessível e distante para esse público, que não se enquadra no perfil ideal de um estudante. A percepção de não pertencimento a esse espaço social, os discursos construídos pelos atores escolares e as práticas pedagógicas erguem barreiras que ferem o respeito à dignidade humana desses indivíduos. Trata-se de reconhecer e valorizar as experiências de vida e saberes dessas pessoas, que têm o direito de aprender e ampliar seus conhecimentos. Para Foucault,

A educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, é bem sabido que segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (1970, p. 41)

A escola é uma espaço de encontro das diferenças, onde se busca oferecer uma educação para todos, independentemente da condição social, cultural ou econômica do educando. Nesse sentido, a educação escolar deve ser um instrumento de inclusão e não de exclusão social.

## **8. Considerações finais**

Este trabalho buscou refletir sobre o acesso à educação das pessoas em situação de rua, considerando o que institui o decreto da Política Municipal de Atenção Integral à População da cidade do Recife. Com base nos dados coletados, é evidente a falta de diretrizes em legislações de âmbito nacional para orientar a implementação de ações específicas a nível municipal visando assegurar o efetivo direito ao acesso à educação para população em situação de rua nos sistemas de ensino. Apenas a legislação municipal da cidade do Recife, por si só, é insuficiente para tornar essa realidade uma prática efetiva. Isso aponta para a invisibilidade do tema na agenda educacional. Parece que a educação não reconhece o desafio de incluir as pessoas em situação de rua como uma responsabilidade própria, o que é nítido, quando essa tarefa é terceirizada para outras instituições.

Embora haja uma legislação municipal que estabeleça diretrizes para a implementação de ações educacionais pelos sistemas de ensino, observa-se uma lacuna no conhecimento e na conscientização dessas ações por parte dos próprios sistemas, o que apresenta desafios significativos para sua efetivação.

A partir do desenvolvimento deste trabalho, pudemos perceber que a formação de docentes ainda é carente de uma abordagem sobre a temática da educação de pessoas em situação de rua, que são um público vulnerável e com demandas específicas. Isso ocasiona um despreparo dos professores para atenderem às necessidades educacionais de jovens e adultos que estão em condição de rua, dificultando o seu acesso e permanência na escola, bem como o seu desenvolvimento integral. Ao mapear esses pontos de tensões entre a população de rua e os sistemas de ensino escolar, observamos muitas barreiras e poucos pontos de encontros.

## Referências

- BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília. Resolução CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. Lei nº 13.981, de 23 de março de 2020. Brasília, DF: Presidente da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13981.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13981.htm). Acesso em: jan. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4/2010.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Álcool e redução de danos: uma abordagem inovadora para países em transição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1. ed. em português – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. diário oficial da União, Poder Executivo, Brasília.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 371-389, jul./dez. 2003. Acesso em: Abr de 2023
- FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: é ela um que fazer neutro? Educação e Sociedade, ano I, nº 1, set. 1973 p. 64-70.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *Educação & Sociedade*, 2007. Acesso em: set. 2023. Disponível em: SciELO - Brasil - A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GRINBERG, Silvia. Cartografias de la cotidianidad: Un estudio de la serie barrio/escuela/sujetos en contextos de pobreza urbana. *Psicoperspectivas: Individuo y Sociedad*, Vol. 19, No. 3 (2020). Disponível: Cartografias de la cotidianidad: Un estudio de la serie barrio/escuela/sujetos en contextos de pobreza urbana | Grinberg | Psicoperspectivas. Individuo y Sociedad. Acesso em: Abr de 2023.

Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>. Acesso em: 10 de set. 2023.

LOUZANO, Paula. Fracasso escolar: evolução das oportunidades de diferentes grupos étnicos-raciais. In: 36ª REUNIÃO DA ANPED, Goiânia, 2013.

NONATO, Domingos Do Nascimento; RAIOL, Raimundo Wilson Gama. Pessoas Em Situação De Rua E Violência: Entrelaçados em Nome da Suposta Garantia de Segurança Pública. *DIREITO EM DEBATE*, v. 27, p. 90-116, 2018.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2004. Disponível em: SciELO - Brasil - A gramática social da desigualdade brasileira A gramática social da desigualdade brasileira. Acesso em: jun. de 2023.

SOUZA, João Francisco de. E a filosofia da educação:??Quê?? a reflexão filosófica na educação como um saber pedagógico. Recife: NUPEP - UFPE. Edições Bagaço, 2006.

RECIFE. Secretaria de Educação. Política de ensino: educação de jovens e adultos/ organização: Élia de Fátima Lopes Maçaira, Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza. – Recife: Secretaria de Educação, 2015.236 p.: il. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 5).

RECIFE. LEI MUNICIPAL Nº 18.968, DE 26 DE JULHO DE 2022. Política Municipal de Atenção Integral à População em situação de rua. Acesso em: fev. 2023. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2022/1897/18968/lei-ordinaria-n-18968-2022-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-atencao-integral-a-populacao-em-situacao-de-rua>

PERNAMBUCO. Política de Assistência Social, a organização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no Estado de Pernambuco, e altera a Lei no 11.297, de 26 de dezembro de 1995. Acesso em:

Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pe/lei-ordinaria-n-17556-2021-pernambuco-dispoe-sobre-a-politica-de-assistencia-social-a-organizacao-do-sistema-unico-de-assistencia-social-suas-no-estado-de-pernambuco-e-altera-a-lei-n-11297-de-26-de-dezembro-de-1995>.

RIBEIRO, Ana; CAMPOS, Andreilino; SILVA, Cátia; RESENDE, Alberto... [et al] (org). Cartografias da ação e movimentos da sociedades: desafios das experiências urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, CAPES: 2011.

SICARI, Aline, ZANELLA, Andréa. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>. Acesso em: Maio de 2023.